



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ- REITORIA DE ENSINO MÉDIO, TÉCNICO E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA –
PROEAD - PARFOR/UEPB/CAMPUS IV
CURSO DE PEDAGOGIA**

INCLUSÃO ESCOLAR E A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA

BRUNO NOBRE DE AQUINO

Catolé do Rocha – PB

Junho de 2019

BRUNO NOBRE DE AQUINO

INCLUSÃO ESCOLAR E A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Estadual da Paraíba, como requisito para obtenção do grau de licenciado em Pedagogia pelo Programa de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR/UEPB/CAMPUS IV.

Orientador/a: Prof.^a Dr^a Joana Áurea Cordeiro Barbosa

**Catolé do Rocha – PB
Junho/2019**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

A657i Aquino, Bruno Nobre de.
Inclusão escolar e a função social da escola [manuscrito] /
Bruno Nobre de Aquino. - 2019.
23 p.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação EAD em
Primeira Licenciatura em Pedagogia do Parfor) - Universidade
Estadual da Paraíba, EAD - Catolé do Rocha, 2019.
"Orientação : Profa. Dra. Joana Áurea Cordeiro Barbosa ,
Departamento de Letras e Humanidades - CCHA."
1. Educação inclusiva. 2. Inclusão escolar. 3. Inclusão
social. I. Título

21. ed. CDD 371.9

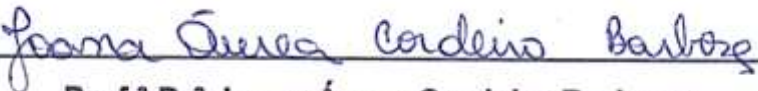
BRUNO NOBRE DE AQUINO

INCLUSÃO ESCOLAR E A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Estadual da Paraíba, como requisito para obtenção do grau de licenciado em Pedagogia pelo Programa de Formação de professores da Educação Básica – PARFOR/UEPB/CAMPUS IV.

Aprovado em: 08 / 06 / 2019

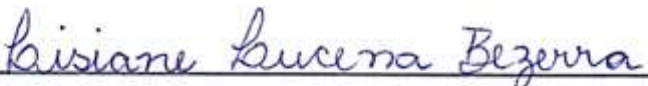
BANCA EXAMINADORA



Prof.ª Drª Joana Áurea Cordeiro Barbosa
Orientadora – UEPB/CAMPUS IV



Prof. Me. José Marcos Rosendo de Souza
Examinador – UECE/FAFIDAM



Prof.ª Drª Lisiane Lucena Bezerra
Examinadora - UEPB/CAMPUS IV

Dedico este trabalho a Deus, por ser minha base, a quem agradeço nas vitórias e peço socorro nas horas difíceis, que está sempre ao meu lado, me guiando.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a DEUS, que foi meu maior porto seguro. Com a ajuda Dele eu tive forças para chegar ao final dessa pequena jornada, me deu toda coragem que eu precisava para ir além dos meus limites e não me deixou faltar forças para ir até o final e quebrar as barreiras.

À minha família, por todo apoio dedicado durante a realização desse curso.

À orientadora, pela paciência, suporte, correções, incentivo e orientações na elaboração desse trabalho.

Aos professores do Curso de Pedagogia CAPES/PARFOR/UEPB.

À Universidade UEPB, ao seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram essa janela que vislumbro um horizonte superior, pela presteza no serviço e atendimento quando necessário.

Aos colegas de sala por todos os momentos vividos.

Aos grandes amigos, pelo companheirismo e dedicação nas atividades realizadas durante este trabalho.

Enfim, a todos que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho.

Talvez não tenha conseguido fazer o melhor, mas lutei para que o melhor fosse feito. Não sou o que deveria ser, mas Graças a Deus, não sou o que era antes.

(Marthin Luther King)

INCLUSÃO ESCOLAR E A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA

Bruno Nobre de Aquino

RESUMO

A inclusão escolar significa oferecer oportunidades de estudo para todas as crianças sem qualquer tipo de distinção e esta pesquisa tem como objeto de estudo discutir o processo de educação inclusiva e a capacidade de aceitação das diversidades dos indivíduos, na sociedade e na escola, garantindo acesso igualitário às oportunidades. Espera-se que este processo elimine as barreiras, a discriminação e a exclusão, que dificultam ou impedem o conhecimento e a aprendizagem de todos que frequentam a escola. Nesse sentido, buscou-se no presente estudo discutir sobre o processo de inclusão, enfocando como objetivos específicos: compreender a função social da escola, enquanto instituição inclusiva, conceituar inclusão escolar e perceber o papel do professor no processo de ensino inclusivo. No qual, discuti o perfil dos professores que estão atuando nas classes regulares e suas concepções sobre a chegada de alunos com necessidades educacionais especiais. Esta pesquisa bibliográfica é fundamentada nos estudos que tratam da inclusão escolar pesquisada sobre os seguintes autores Mantoan (2003), Rocha (2017), Rohr (2008); Nascimento (2014); Silva e Arruda (2014), entre outros. Percebe-se então a importância da escola favorecer a inclusão dos alunos e o papel que o professor precisa desempenhar para promover essa educação. Precisa ter tempo para refletir e adequar as suas práticas pedagógicas aos novos desafios sem comprometer a qualidade de seu trabalho.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Inclusão escolar. Inclusão social.

INCLUSÃO ESCOLAR E A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA

Bruno Nobre de Aquino.

ABSTRACT

The school inclusion means offering opportunities for all children without distinction of any kind and this research has as object of study discuss the process of inclusive education and the ability to accept the diversity of individuals , in society and in school, ensuring equal access to opportunities. It is expected that this process will eliminate the barriers, discrimination and exclusion that hinder or prevent the knowledge and learning of all who attend school. In this sense, the present study sought to discuss the inclusion process, focusing on specific objectives: understanding the social role of school, while inclusive institution, conceptualize school inclusion and understand the role of the teacher in inclusive education process. In which, discussing the profile of teachers who are working in the regular classes and their conceptions of the arrival of students with special educational needs. This bibliographic research is based on studies of school inclusion searched on the following authors Mantoan (2003), Rock (2017), Rohr (2008); Nascimento (2014); Silva and Arruda (2014), among others. Understand the importance of school to promote the inclusion of students and the role that the teacher needs to play to promote such education. Must have time to reflect and adjust their pedagogical practices to the new challenges without compromising the quality of your work.

Keywords: Inclusive education. School inclusion. Social inclusion.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA	11
3 SIGNIFICADO DE INCLUSÃO ESCOLAR.....	14
4 O PAPEL DO PROFESSOR NO ENSINO INCLUSIVO	17
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	20
6 REFERÊNCIAS.....	21

INTRODUÇÃO

Rocha (2017) expressa que é um desafio aos professores o processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais de aprendizagem, pois cabe a eles construírem novas sugestões de ensino, e atuar com um olhar diferente em sala de aula, sendo o agente facilitador do processo de ensino-aprendizagem.

Uma educação inclusiva é baseada em princípios políticos, culturais, sociais e pedagógicos, em defesa do direito que todos os alunos possuem, de estarem juntos, aprendendo, interagindo e participando, sem nenhum tipo de discriminação (CACERES, 2009).

De acordo com Glat e Fernandes (2005, p. 1), a educação de alunos com necessidades educacionais especiais que, tradicionalmente se pautava num modelo de atendimento segregado, tem se voltado nas últimas duas décadas para a Educação Inclusiva. Podemos citar a Declaração de Salamanca, na metade da década de 90, que entre outros pontos, propõe que “as crianças e jovens com necessidades educacionais especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas devem se adequar...” (UNESCO, 1994).

Segundo Minetto (2008, p.17, apud ROCHA 2017, p. 2), quanto mais conhecemos determinado fato ou assunto, mais nos sentimos seguros diante dele. O novo gera insegurança e instabilidade, exigindo reorganização, mudança. É comum sermos resistentes ao que nos desestabiliza. Sem dúvida, as ideias inclusivas causaram muita desestabilidade e resistência. Fundamentada na concepção de integrar todos os alunos, esta forma de educação valoriza as diferenças e propõe a igualdade de direitos, evitando práticas excludentes dentro e fora da escola.

Um dos princípios fundamentais da escola com práticas inclusivas é o de que “todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter” (UNESCO, 1994, p.4).

A escola inclusiva tem como objetivo, ensinar os alunos a compartilhar o saber, os sentidos diferentes das coisas, a partir das trocas de experiências, desenvolvendo o espírito crítico, a observação e o reconhecimento do outro em todas as suas dimensões. Assim, para o desenvolvimento do presente trabalho, busca-se responder ao questionamento: as escolas de uma forma geral conseguem

propiciar a aprendizagem e realmente incluir todas as crianças, na rede regular de ensino?

Educação Inclusiva no Brasil é hoje um desafio a ser enfrentado dia após dia para os profissionais da Educação. Contudo, é bom lembrar que o conceito de inclusão engloba: atender os alunos com deficiência na vizinhança da sua residência; propiciar a ampliação do acesso destes alunos às classes regulares; propiciar aos professores um suporte técnico; perceber que as crianças podem aprender juntas, embora tendo objetivos e processos diferentes; levar os professores a estabelecer formas criativas de atuação às crianças com deficiência; propiciar um atendimento integrado ao professor de classe comum do ensino regular (NASCIMENTO, 2014).

É na Educação Especial com a perspectiva da Educação Inclusiva que se atende esses alunos com qualidade, mas é necessário oferecer condições e formação aos profissionais também, para que os objetivos e o desenvolvimento aconteçam corretamente.

A Inclusão Escolar não se limita apenas à ideia de oferecer aos alunos com ou sem necessidades educacionais especiais, um lugar nas salas comuns das escolas como espectadores; mas atende uma proposta que busca atender as necessidades individuais de cada aluno com respeito e responsabilidades. Por tudo isso a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita aos alunos com deficiência e aos que apresentam dificuldade de aprender, mas a todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral (MANTOAN, 2003, p.24).

É um grande desafio, fazer com que a inclusão ocorra, sem que se perca de vista as oportunidades, e é preciso garantir o avanço na aprendizagem, bem como, no desenvolvimento integral do indivíduo com necessidades educacionais especiais.

Diante disso, o referente trabalho tem como objetivo geral compreender os processos de educação inclusiva e a capacidade de aceitação das diversidades dos indivíduos, na sociedade e na escola. Como objetivos específicos, pretendemos compreender a função social da escola, enquanto instituição inclusiva; Conceituar inclusão escolar; perceber o papel do professor no processo de ensino inclusivo.

Para alcançar estes objetivos, realizamos uma pesquisa bibliográfica, pesquisando os seguintes autores: Mantoan (2003); Rocha (2017); Aranha (2001); Vigotski (1997); Nascimento (2014); Silva e Arruda (2014). Abordamos os

conhecimentos teóricos e práticos sobre a educação inclusiva na educação infantil, visando à melhoria da educação oferecida às crianças atendidas nesta fase da escolaridade.

Este trabalho está dividido nos seguintes tópicos: função social da escola, conceito de inclusão escolar e o papel do professor no ensino inclusivo.

2 FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA

A escola é uma instituição com o papel essencial na sociedade, onde pode trazer a formação de valores, caráter e princípios morais, que direcionará o aluno a utilizar os conhecimentos aprendidos de maneira eficaz, para que sejam aplicados em favor da sociedade e de uma realidade melhor para todos.

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais é um movimento que tem sido muito polemizado por diferentes segmentos, mas essa inserção nada mais é do que garantir o direito constitucional que todos independentes de suas necessidades, têm a uma educação de qualidade, e que a Inclusão vai depender da capacidade de lidarmos com a diversidade e as diferenças (MANTOAN, 2004).

Contemplando o estatuto da educação em relação à formação da criança com deficiência, e atribuindo-a como responsabilidade e compromisso social, os escritos supracitados, e com maior ênfase os trabalhos de Jannuzzi (1985, 2006), esboçam apontamentos no sentido da construção de um orgânico e consistente sistema de ensino público sem cunho filantrópico e de um projeto político e educacional que contemple a formação humana integral dessa população.

Essa posição vai ao encontro da perspectiva histórico-cultural de Vigotski (1997), que do ponto de vista da psicologia educacional e do desenvolvimento humano, teceu intensas críticas a respeito da escola especial de sua época (início do século XX) pelos princípios educativos adotados – pautados na homogeneidade dos processos e com ênfase nas impossibilidades de aprendizagem postas pelo déficit orgânico – e aspectos organizativos do ensino, separando certa pedagogia especial de uma pedagogia geral. Desta forma, nos escritos desse autor encontramos a argumentação de que o ensino da criança com deficiência é parte do

trabalho educativo comum e que a educação (escolar) é constitutiva do desenvolvimento humano.

Nos seus estudos sobre a deficiência, Vigotski (1997) discute e reelabora o conceito de compensação, em pauta na época, evidenciando a natureza social do desenvolvimento e as possibilidades de humanização em qualquer condição orgânica (Dainez 2014; Dainez e Smolka, 2014). A ideia de heterogeneidade dos processos de desenvolvimento é realçada no trabalho argumentativo do autor, ou seja, a compreensão da diversidade das condições biológicas e sociais, das diversas formas de constituição humana e dos múltiplos caminhos que podem ser criados e viabilizados socialmente.

Consideramos, portanto, que os estudos de Vigotski (1995, 1997, 2000, 2003) se apresentam de maneira pertinente e propositiva na contemporaneidade pelo modo de conceber a deficiência, a educação, o desenvolvimento e de colocá-los em interface. É, justamente, o fato de ele teorizar a partir daquilo que desconcerta e escapa do padrão esperado, que se manifesta como atípico e não recorrente do processo de desenvolvimento que nos sustenta a mobilizar discussões tangenciando a área da psicologia do desenvolvimento com a área da educação especial.

Dessa forma, indagamos se o modo de conceber o desenvolvimento na condição de lesão orgânica faz diferença na forma de problematizar a função social da escola no contexto de uma determinada política de educação (inclusiva). Segundo Libâneo (2001, p.45), a escola precisa assumir que também é seu papel ensinar valores e atitudes, sob o ponto de vista de um comportamento ético, no que se refere à vida, ao ambiente e às relações humanas. Assim o professor precisa apresentar um esforço contínuo no exercício da docência sem preconceitos.

Por tudo isso, a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora. Ela provoca uma crise escolar, ou melhor, uma crise de identidade institucional, que, por sua vez, abala a identidade dos professores e faz com que seja ressignificada a identidade do aluno. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais (MANTOAN, 2003).

Mas para que a escola cumpra realmente sua função social, é preciso que conheça a comunidade na qual ela está inserida, proporcionando atividades e projetos que estimulem a participação de todos os agentes da comunidade escolar.

A importância desta participação é ressaltada por Aranha (2004, p. 18): “Cada escola tem a responsabilidade de elaborar projetos que visem alcançar e atender necessidades das famílias de seus alunos, possibilitando essa aproximação e favorecendo seu envolvimento. Esses projetos devem ter como objetivos atender necessidades mais frequentes nas famílias de seus alunos, como por exemplo: capacitação para geração de renda, capacitação para conhecimento da legislação, dentre outros”.

A escola deve desenvolver, ações sociais e pedagógicas relacionadas a inclusão escolar onde pode gerar uma renda para as famílias da comunidade como uma cuidadora de crianças com necessidades especiais, por exemplo.

Segundo a educadora Mantoan (2005, apud, NOQUELE e SILVA, 2014), a escola inclusiva professores e alunos aprendem uma lição que a vida dificilmente ensina: respeitar as diferenças. Ressalta ainda, que a inclusão é a nossa capacidade de reconhecer o outro e ter o privilégio de conviver com pessoas diferentes. Diferentemente do que muitos possam pensar, inclusão é mais do que rampas e banheiros adaptados.

Segundo Kassar (2011), devido à escolha de programas que indicam se pautar por restrições de investimento, contamos com a oferta de uma única forma de atendimento aos alunos com deficiência, que não dá conta de atender as diversas demandas e características; e, quando trabalhos como os de Garcia (2008) e Pletsch (2010) apontam para as tensões produzidas no cotidiano escolar frente às condições de implementação de uma política educacional global.

Um estudo como o de Laplane (2014) chama, ainda, a atenção para o fato de que, embora o conjunto de recursos de apoio à escolarização tenha se expandido com as políticas de educação inclusiva, ainda não se garante o sucesso desses alunos no sistema de ensino.

Também merecem ser destacados no trabalho de Laplane (2014) os dados sobre os tipos de deficiência presentes na educação básica, os quais indicam que a deficiência intelectual concentra a maior quantidade de matrículas e segue como o maior desafio em termos de acesso ao conhecimento escolar.

De acordo com Mazzotta (1982), os dispositivos legais servem como sustento as linhas de ação estabelecidas, pela política educacional e, se constituem em preceitos a serem respeitados e utilizados como ferramentas, para embasar as

ações que levem ao cumprimento das determinações contidas nos textos e nas recomendações de organismos internacionais.

Bueno (2010) se posiciona um tanto crítico sobre a realidade da função social da escola, nestas o social é ignorado. A escola torna-se uma instituição abstrata e homogênea, quando na realidade como coloca Bueno, cada escola é ímpar, e não deve ser vista de forma genérica, uma intervenção não funciona em todas as instituições, cada meio tem que ser vista de acordo com a sua história, com a sua cultura, colocando em pauta que cada instituição é única.

A função social da escola e o compromisso ético do professor não é tornar um aluno melhor que o outro, mas trabalhar para que cada um deles se torne um cidadão capaz de entender a realidade em que vive e saiba lutar pelos seus direitos (ROHR, 2008).

A escola pública nos dias atuais deixa muito a desejar quando se fala de educação e de formar cidadãos para viver numa sociedade tão multicultural. A falta de investimentos e de capacitação de professores, escolas sem infraestrutura adequada para o recebimento desse aluno.

3 SIGNIFICADO DE INCLUSÃO ESCOLAR

A inclusão escolar implica no acolhimento de todas as pessoas, sem exceção, no sistema de ensino, independentemente de cor, classe social e condições físicas e psicológicas. Onde as noções de “normalidade” e de “diferenças” são o resultado de relações sociais e de produções discursivas. Neste sentido Fonseca (1991, p.68) afirma que: Fixar uma determinada identidade como a norma é um das formas privilegiadas de hierarquização das identidades e das diferenças.

A normalização é um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença. Normalizar significa eleger arbitrariamente uma identidade específica como parâmetros em relação ao quais as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas.

Mantoan (2005), afirma que na escola inclusiva professores e alunos aprendem uma lição que a vida dificilmente ensina: respeitar as diferenças. Ressalta ainda, que a inclusão é a nossa capacidade de reconhecer o outro e ter o privilégio

de conviver com pessoas diferentes. Diferentemente do que muitos possam pensar, inclusão é mais do que rampas e banheiros adaptados.

As escolas inclusivas, portanto, propõem a constituição de um sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em razão dessas necessidades. A inclusão gera uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola; mas apoia a todos: professores, alunos e pessoal administrativo para que obtenham sucesso na escola convencional (MANTOAN, 1997, p. 121).

No entanto, o conceito de inclusão não é: levar crianças às classes comuns sem o acompanhamento do professor especializado; ignorar as necessidades específicas da criança; fazer as crianças seguirem um processo único de desenvolvimento, ao mesmo tempo e para todas as idades; extinguir o atendimento de educação especial antes do tempo; esperar que os professores de classe regular ensinem as crianças com deficiência sem um suporte técnico (NASCIMENTO, 2014).

A inclusão total e irrestrita é uma oportunidade que temos para reverter a situação da maioria de nossas escolas, as quais atribuem aos alunos as deficiências que são do próprio ensino ministrado por elas — sempre se avalia o que o aluno aprendeu, o que ele não sabe, mas raramente se analisa “o que” e “como” a escola ensina, de modo que os alunos não sejam penalizados pela repetência, evasão, discriminação, exclusão, enfim (MANTOAN, 2003).

Na inclusão, as escolas devem reconhecer e responder às diversas necessidades de seus alunos, considerando tanto os estilos como ritmos diferentes de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos, por meio de currículo apropriado, de modificações organizacionais, de estratégias de ensino, de uso de recursos e de parcerias com a comunidade (NOQUELE e SILVA, 2014).

A exclusão escolar manifesta-se das mais diversas e perversas maneiras, e quase sempre o que está em jogo é a ignorância do aluno diante dos padrões de cientificidade do saber escolar. Ocorre que a escola se democratizou abrindo-se a novos grupos sociais, mas não aos novos conhecimentos (MANTOAN, 2003). Ainda segundo Mantoan (2003), o ensino curricular de nossas escolas, organizado em disciplinas, isola, separa os conhecimentos, em vez de reconhecer suas inter-relações. Contrariamente, o conhecimento evolui por recomposição,

contextualização e integração de saberes em redes de entendimento, não reduz o complexo ao simples, tornando maior a capacidade de reconhecer o caráter multidimensional dos problemas e de suas soluções.

Morin (2001), afirma que, para se reformar a instituição, temos de reformar as mentes, mas não se pode reformar as mentes sem uma prévia reforma das instituições.

A indiferenciação entre o processo de integração e o de inclusão escolar é prova dessa tendência na educação e está reforçando a vigência do paradigma tradicional de serviços educacionais. Os professores do ensino regular consideram-se incompetentes para lidar com as diferenças nas salas de aula, especialmente atender os alunos com deficiência, pois seus colegas especializados sempre se distinguiram por realizar unicamente esse atendimento e exageraram essa capacidade de fazê-lo aos olhos de todos (MITTLER, 2000, apud, ROCHA, 2017).

A proposta da educação inclusiva se baseia na adaptação curricular, realizada através da ação de uma equipe multidisciplinar que oferece suporte tanto ao professor quanto ao portador de necessidades especiais, por meio do acompanhamento, estudo e pesquisa de modo a inseri-lo e mantê-lo na rede comum de ensino em todos os seus níveis (NASCIMENTO, 2012, p.8).

A contradição da escola inclusiva fundamenta-se na defesa de valores e princípios éticos, em contradição aos sistemas de desigualdade. Para Sasaki (1997, p. 41) inclusão é um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir em seus sistemas sociais gerais pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade.

Incluir é respeitar, juntar-se, fazer parte, valorizar contra a exclusão, acabar com as barreiras que foram criadas pela sociedade com as pessoas. É oferecer o desenvolvimento de autonomia, por meio do auxílio de pensamentos de valores, onde possa decidir por si mesmo, como agir em diferentes situações da vida.

O trabalho docente com crianças que possuem necessidades educativas especiais na contemporaneidade deve combinar estes dois aspectos, o profissional e o intelectual, e para isso se impõe o desenvolvimento da capacidade de reelaborar conhecimentos. Desta maneira, durante a formação inicial, outras competências precisam ser trabalhadas como a elaboração, a definição, a reinterpretação de currículos e programas que propiciam a profissionalização, valorização e identificação do docente (PIMENTA, 2002, p. 131-132).

Segundo Mittler (2003, p. 35, apud, ROCHA 2017), “A inclusão implica que todos os professores têm o direito de esperar e de receber preparação apropriada na formação inicial em educação e desenvolvimento profissional contínuo durante sua vida profissional”.

4 O PAPEL DO PROFESSOR NO ENSINO INCLUSIVO

A papel do professor teve início no Brasil na primeira metade do século XIX, começou com os homens tanto no ensino particular, de caráter religioso e até mesmo no ensino primário. Dados de uma pesquisa realizada em 2003 pelo Ministério do Trabalho e Educação, relata que 98,5% dos professores de educação infantil são mulheres, já nas quatro primeiras séries do fundamental esse número cai para 85%, mas ainda é muito maior referente ao número de homens. A partir da década de 1960 é que as mulheres chegam as escolas nas condições de estudante, e depois de muitas conquistas nas condições de docente (SILVA e ARRUDA, 2014).

Silva e Arruda (2014, apud MOITA 1992, p.115) acrescenta que:

Ninguém se forma no vazio. Formar-se supõe troca, experiência, interações sociais, aprendizagem, um sem fim de relações. Ter acesso ao modo como cada pessoa se forma é ter em conta a singularidade da sua história e, sobretudo, o modo singular como age, reage e interage com os seus contextos. Um percurso de vida é assim um percurso de formação, no sentido em que é um processo de formação (MOITA, 1992, p.115).

Embora a escola precise ser repensada, para atender a cada necessidade, é necessária uma reflexão, a começar pelo profissional, que não esteja ali apenas pelo seu salário, mas sim para desenvolver um trabalho diferenciado, atendendo cada um dentro da sua necessidade e que esse profissional possa desenvolver seu trabalho com êxito, embora ele seja preparado para trabalhar com a diversidade, acaba tendo que adaptar-se ao meio, sem qualquer valorização ou capacitação específica (SILVA e ARRUDA, 2014).

A educação é um direito de todos, educação de qualidade e igualitária e nós, como professores, tentamos fazer com que isso aconteça, no entanto, a capacitação de professores passa por uma mudança a respeito da inclusão, visando melhora lá com atendimento igualitário e qualitativo, com direito ao acesso e a permanência na

escola, precisando também ser levado em conta outros princípios como a acessibilidade e locomoção. O professor deve ser visto como mediador e estimulador, tornando a sala de aula um ambiente onde seus limites seja estimulador de sua autonomia (SILVA e ARRUDA, 2014).

É um grande desafio aos professores o processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais, pois cabe a eles construir novas propostas de ensino, atuar com um olhar diferente em sala de aula, sendo o agente facilitador do processo de ensino-aprendizagem (ROCHA, 2017).

Rocha (2017, apud MINETTO, 2008, p.17) afirma que quanto mais conhecemos determinado fato ou assunto, mais nos sentimos seguros diante dele. O novo gera insegurança e instabilidade, exigindo reorganização, mudança. É comum sermos resistentes ao que nos desestabiliza. Sem dúvida, as ideias inclusivas causaram muita desestabilidade e resistência.

O professor precisa ter tempo para refletir e adequar as suas práticas pedagógicas aos novos desafios sem comprometer a qualidade de seu trabalho. Como discute Aranha (2001, apud, NASCIMENTO, 2014, pg. 160-173):

Adotar o objetivo de curto prazo, a intervenção junto às diferentes instâncias que contextualizam a vida desse sujeito na comunidade, no sentido de nelas promover ajustes (físicos, materiais, humanos, sociais, legais, etc.) que se mostrem necessários, para que a pessoa com deficiência possa imediatamente adquirir condições de acesso ao espaço comum da vida na sociedade.

É preciso destacar o despreparo dos professores do ensino regular para receber em suas salas de aula, geralmente repletas de alunos com problemas de disciplina e aprendizagem, os alunos com necessidades especiais. Se considerarmos que o ensino regular tem excluído, sistematicamente, larga parcela da população escolar por apresentar problemas pessoais das mais diversas origens, então será possível ter uma boa ideia de como a inclusão é desafiadora (BUENO, 1999).

A escola brasileira é marcada pelo fracasso e pela evasão de uma parte significativa de seus alunos, que são marginalizados pelo insucesso, por privações constantes e pela baixa autoestima resultante da exclusão escolar e da social – alunos que são vítimas de seus pais, de seus professores e, sobretudo, das

condições de pobreza em que vivem, em todos os seus sentidos (MANTOAN, 2003, p. 27).

Observando essas comprovações é necessário compreender que a profissão de docente na atualidade exige um novo perfil, baseado em estudo, reflexão e desenvolvimento de competências práticas verdadeiramente significativas. Perrenoud (2000) destaca que uma condição para transformação escolar é a “profissionalização do profissional” da educação e para tanto, ele elenca três aspectos que precisam estar presentes: a responsabilidade, o investimento e a criatividade.

Para Morin (2004, p. 11) Uma educação só pode ser viável se for uma educação integral do ser humano. Uma educação que se dirige à totalidade aberta do ser humano e não apenas a um de seus componentes.

A educação deve contribuir, não somente para a tomada de consciência de nossa Terra Pátria, mas também permitir que esta consciência se traduza em vontade de realizar a cidadania terrena (MORIN, 2004 – p. 18).

Quando se trata da inclusão, deve-se considerar questões ligados a formação do professor, uma vez que, este deve estar preparado para trabalhar com o aluno com necessidade educacional especial. Conforme já destacava Piaget (1984, p. 62) a preparação dos professores constitui questão primordial de todas as reformas pedagógicas em perspectiva, pois, enquanto não for a mesma resolvida de forma satisfatória, será totalmente inútil organizar belos programas ou construir belas teorias a respeito do que deveria ser realizado.

Mantoan (2006) afirma que é necessário recuperar, urgentemente, a confiança dos professores em saberem lidar e desenvolver o processo de ensino-aprendizagem com todos os alunos, sem exceções.

Um professor de sala de aula regular não deve ser diferente do professor de inclusão. O professor deve ter um respeito mútuo entre todos os alunos sem ter distinção entre aqueles que necessitam de um acompanhamento especial e os que não necessitam de um acompanhamento especial, facilitando para que os alunos expressem suas criatividade e que estejam preparados para as dificuldades, além de criando um vínculo afetivo com o aluno e a família.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento inclusivo, nas escolas, por mais que ainda seja muito contestado, pelas características de qualquer mudança, principalmente no meio educacional, convence a todos pela sua coerência e pela ética de seu posicionamento social.

O movimento de acesso dos alunos com deficiência no ensino regular até a chamada educação inclusiva, passa por uma visão de educação para todos. O que podemos concluir nesse dado momento, é que a inclusão educativa ainda se configura como um projeto de vir a ser, as políticas públicas por si só não garantem essa efetivação diante da fragmentação da prática docente, da precarização do trabalho, da desestabilização do educador, e de uma formação apropriada para lidar com as diferenças.

Cabe ressaltar, que o sentido da inclusão não é esvaziado dentro da escola, mas já vem esvaziado quando não se tem as adequações necessárias para garantir uma educação inclusiva na sua totalidade.

A escola prepara o futuro e, de certo que, se as crianças aprenderem a valorizar e a conviver com as diferenças nas salas de aula, serão adultos bem diferentes de nós, que temos de nos empenhar tanto para entender e viver a experiência da inclusão.

O poder público não está fazendo a sua parte no que diz respeito a promover em todos os cursos de licenciaturas esta formação para os docentes já em exercício e aqueles que desempenharão esta atividade. O que pode ser feito então? Um trabalho contínuo de estudo, pesquisa, conscientização e politização de diversos segmentos da sociedade para que as autoridades possam lutar coletivamente na defesa de melhores condições de trabalho docente, formação continuada gratuita e também pela objetivação no cotidiano dos direitos que assegurem dignidade aos alunos, professores e todos os envolvidos direta ou indiretamente com a educação formal para todos. Conquistas desta amplitude só serão conseguidas mediante uma mobilização social consciente e firme na reivindicação de dignidade, respeito e cidadania.

A Educação é um direito de todos e deve ser orientada no sentido do pleno desenvolvimento e do fortalecimento da personalidade e o respeito aos direitos e liberdades humanas.

6 REFERÊNCIAS

ARANHA, M. S. F. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. **Revista do Ministério Público do Trabalho**, v. 11, n. 21, mar. 2001, p. 160-173.

_____, M. S. Educação Inclusiva: A escola. **Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial**: Brasília, 2004.

BUENO, J. G. S. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas? **Revista Brasileira de Educação Especial**, n.5, set. 1999, p.7-23.

_____, J. G. S. **Função social da escola e organização do trabalho pedagógico**. Em Acesso em: 23 Maio 2015.

CACERES, M. E. S. S. **Educação inclusiva: concepções dos professores da rede regular de ensino**. Lins – SP 2009.

DAINEZ, D. **Constituição humana, deficiência e educação**: problematizando o conceito de compensação na perspectiva histórico-cultural. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil, 2014.

DAINEZ, D.; SMOLKA, A. L. B. O conceito de compensação no diálogo de Vigotski com Adler: desenvolvimento humano, educação e deficiência. **Educação e Pesquisa**, v.40, n.4, p.1093-1108, 2014.

FONSECA, V. **Educação Especial**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

GARCIA, R. M. C. Políticas inclusivas na educação: do global ao local. In: BAPTISTA, Claudio Roberto; CAIADO, Katia Regina Moreno; JESUS, Denise Meyrelles (Org.). **Educação especial: diálogo e pluralidade**. Porto Alegre: Mediação, 2008. p. 11-24.

GLAT, R. e FERNANDES, E. M. Da Educação Segregada à Educação Inclusiva: uma Breve Reflexão sobre os Paradigmas Educacionais no Contexto da Educação Especial Brasileira. Rio de Janeiro, Artigo publicado na **Revista Inclusão nº 1**, 2005, MEC/ SEESP.

JANNUZZI, G. de M. **A luta pela educação do deficiente mental no Brasil**. São Paulo, SP: Cortez: Autores Associados, 1985.

JANNUZZI, G. de M. **A educação do deficiente no Brasil**: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas, SP: Autores Associados, 2. ed., 2006.

KASSAR, M. de C. M. Percursos da constituição de uma política brasileira de educação especial inclusiva. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v. 17, n. esp. p. 41-58, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbee/v17nspe1/05.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2015.

LAPLANE, A. L. F. Condições para o ingresso e permanência de alunos com deficiência na escola. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 34, n. 93, p. 191-205, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32622014000200191&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 30 out. 2015.

LIBÂNEO, J. C. **Adeus Professor, adeus Professora? Novas exigências educacionais e profissão docente**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

_____, M. T. E. Direito de Ser, sendo diferente, na escola. In: RODRIGUES, D. (org). **Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006, p.183-209.

MAZZOTTA, M. J. S. **Liberando a mente**. Campinas. Raboni, 1982.

MINETTO, M. F. **O currículo na educação inclusiva: entendendo esse desafio**. 2ª ed. Curitiba: IBPEX, 2008.

MOITA, M. C. Percursos de Formação e de Trans-formação. In: NÓVOA, Antônio (org.). **Vidas de Professores**. Portugal: Porto, 1992.

MORIN, E. **A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 4. ed. Trad. Eloá Jacobina. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001.

_____, E. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya; Revisão técnica de Edgar de Assis Carvalho. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

NASCIMENTO, C. de F. do. **Educação Inclusiva no Brasil e as dificuldades enfrentadas em escolas públicas**. Leopoldina-MG, 2014.

NOQUELE, A.; SILVA, A. P. da S. R. S., **Educação inclusiva e o processo de ensino-aprendizagem**. Março de 2014. Disponível em: <http://www.pedagogia.com.br/artigos/educacao_inclusiva_processo/index.php> Acesso em: 13 de maio de 2019.

PERRENOUD, P. **A Pedagogia na Escola das Diferenças**. Fragmentos de uma sociologia do fracasso. Porto Alegre: Artmed. 2001.

PIAGET, J. **Para Onde Vai a Educação?** Rio de Janeiro: Cortez, 1984;

PIMENTA, S.; ANASTASIOU, L. **Docência na Educação Superior**. São Paulo: Cortez, 2002.

PLETSCH, M. D. **Repensando a inclusão escolar**: diretrizes políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual. Rio de Janeiro: Nau: Edur, 2010.

ROCHA, A. B. de O. **O papel do professor na educação inclusiva**. Ensaio Pedagógicos, v.7, n.2, Jul/Dez 2017.

ROHR, Z. M. T. **A função social da escola e a avaliação como instrumento facilitador do processo ensino e aprendizagem**. Paraná, 2008.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: Construindo Um a Sociedade Para Todos**. 3ª edição. Rio de Janeiro: WVA, 1999, 174p.

SILVA, A. P. M. da, ARRUDA, A. L. M. M. O Papel do Professor Diante da Inclusão Escolar. **Revista Eletrônica Saberes da Educação** – Volume 5 – nº 1 – 2014.

UNESCO. **Declaração de Salamanca sobre princípios, Política e prática em Educação Especial**. Salamanca. Espanha. 07 a 10 de junho de 1994. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139394por.pdf>>. Acesso em: 10 de maio de 2019.

VIGOTSKI, L. S. **Teoria e método em psicologia**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1996.

_____, L.S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos superiores. São Paulo, SP: Martins Fontes, 6.ed., 2003.

_____, L.S. Manuscrito de 1929. **Educação & Sociedade**, ano 21, n.71, p.21- 44, 2000.

_____, L. S. **Fundamentos de Defectologia** - Obras Escogidas, v.V. Madrid: Visor Distribuciones, S.A., 1997.

_____, L. S. **Problemas del desarrollo de la psique** - Obras Escogidas, v. III. Madrid: Visor Distribuciones, S.A., 1995.